

mercado

# Pandemia agrava desigualdade na América Latina, afirma ONU

No Brasil, os 10% mais ricos concentram 57% da renda nacional, diz relatório

Bernardo Caram

**BRASÍLIA** A América Latina está presa em uma "armadilha do desenvolvimento", com alta desigualdade de renda e baixo crescimento econômico — problema agora agravado pelos efeitos da pandemia. A conclusão é do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que divulga nesta terça-feira (22) o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe.

As soluções, de acordo com o documento, passam por aprimoramentos em políticas sociais, combate à violência e redução da concentração de poder econômico e político.

A chegada da crise sanitária do coronavírus, diz o documento, pesou mais fortemente sobre aqueles que já eram deixados para trás, ampliando as desigualdades ao longo de 2020 e 2021. A perda de renda se deu em maior intensidade sobre os mais pobres, especialmente os informais.

O documento lembra que a América Latina se tornou o epicentro da Covid-19, o que desencadeou crises econômicas e sociais. O aumento da pobreza e da fome se associou a um espaço fiscal limitado, o que dificulta a implementação de medidas pelos governos. Para o Pnud, a reconstrução pode levar muito tempo.

Entre as maiores preocupações, o relatório cita o impacto desigual da crise sanitária sobre estudantes. Há barreiras aos mais pobres, como na dificuldade de acesso a ferramentas tecnológicas em casa e na disparidade na formação dos familiares.

"O nível de escolaridade dos adultos na América Latina ainda é altamente determinado pelo nível de escolaridade dos pais. É provável que a Covid-19 reforce esse padrão", diz o relatório.

Os países da América Latina observaram uma redução generalizada nos índices de desigualdade entre 2000 e 2019. No caso do Brasil, o órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) menciona como fator importante a política de reajuste do salário mínimo.

A partir de 2010, o ritmo de melhoria foi perdendo força, chegando a uma estagnação nos últimos anos. Alguns países do continente reverteram a trajetória e observaram uma piora do índice antes mesmo da chegada da pandemia.

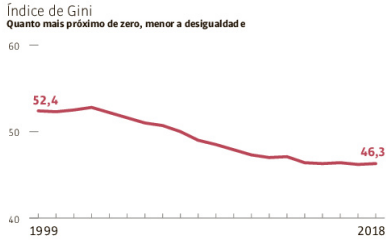
Um dos sintomas apresentados pelo Pnud para a desigualdade no Brasil é a falta de renda acumulada pela elite. Os 10% mais ricos do país detêm 57% da renda nacional, atrás apenas da concentração observada no Chile e no México em uma avaliação feita com dez países do continente.

A desigualdade tem diferentes camadas que são analisadas pelo Pnud. O órgão menciona, por exemplo, a diferença de oportunidades entre homens e mulheres. No Brasil, elas ganham em média 25% a menos do que homens com características e formação equivalentes.

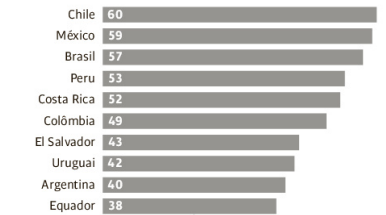
O documento ainda destaca a discriminação enfrentada por pessoas LGBT+ no mercado de trabalho, além de serem mais frequentemente vítimas de violência. O documento ressalta que minorias étnicas continuam a sofrer com falta de reconhecimento e ficam para trás no acesso a serviços básicos.

O relatório afirma que o desempenho econômico da América Latina nas últimas décadas é caracterizado por alta volatilidade e resultado

## Desigualdade na América Latina parou de cair



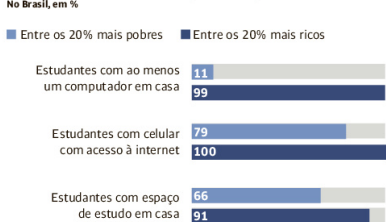
Os 10% mais ricos do Brasil concentram 57% da renda nacional em 2020, antes de impostos



Mulheres latino-americanas ganham menos que homens com características equivalentes



Estudo em casa é desafio para mais pobres



Fonte: Relatório Regional de Desenvolvimento Humano do Pnud

mediocre. O crescimento médio dos países costuma oscilar entre zero e 3% ao ano.

Segundo o órgão, um fator determinante para esses resultados é a baixa produtividade de comunas aos países latino-americanos.

O relatório traz uma pesquisa que busca compreender o que as pessoas pensam sobre a desigualdade. O argumento é que é importante conhecer a percepção de injustiça por que ela determina as atitudes políticas das sociedades.

No Brasil, por exemplo, 86% das pessoas acham que a distribuição de renda é injusta (a média da América Latina é de 81%). Além disso, 74% dos brasileiros acreditam que são governados por interesses de pequenos e poderosos grupos (média de 77% no continente).

De acordo com o Pnud, a concentração de poder nas mãos de poucos é um dos fatores que tendem a ampliar a desigualdade e o baixo crescimento. Esses grupos influenciam a elaboração de políticas distorcidas. E, segundo o

documento, a América Latina é dominada por um pequeno número de empresas gigantes com alto nível de poder.

"Essa influência é exercida por meio de interferência nas reformas tributárias, de formas que vão desde o bloqueio de aumento de impostos para empresas e proprietários de empresas até o comprometimento de recursos fiscais, pressionando por isenções e subsídios para suas operações, o que impede gastos redistributivos", afirma.

Para eliminar essas distorções, o órgão da ONU sugere a revisão das regras de mercado para eliminar o favorecimento de interesses privados, além da promoção do debate sobre como tributar os super-ricos.

Outro ponto central para a proliferação da desigualdade está na violência. A América Latina abriga 9% da população mundial, mas é responsável por 34% das mortes violentas registradas no mundo.

Na pandemia, um fator se agravou de forma relevante nessa área, diz o documento.

Houve aumento da incidência de violência doméstica.

Para o Pnud, por ser vivenciada de forma desproporcional por pessoas que já se encontram em situação de fragilidade, a violência contribui para perpetuar a privação dessas populações. Além disso, ela deteriora direitos, piora a saúde física e mental, reduz resultados educacionais e limita a participação no mercado de trabalho.

Como forma de enfrentamento do problema, a ONU sugere estabelecer sistemas de Justiça mais efetivos, melhorar estatísticas, promover empoderamento econômico feminino e discutir a descriminalização de substâncias hoje ilícitas.

Outro problema observado no Brasil e países vizinhos é o mercado de trabalho segmentado entre formais e informais. Este último grupo é menos protegido, recebe serviços de qualidade inferior e tem maior dificuldade de melhorar as condições de renda.

O Pnud diz que a pobreza caiu na América Latina principalmente por causa de programas de transferência direta de recursos, e não tanto porque a renda auferida por conta própria pelos mais pobres aumentou.

O órgão afirma que a proteção social aos vulneráveis é uma das principais ferramentas para mitigar as desigualdades e sugere que toda a população exposta a um determinado risco seja coberta pelo mesmo programa, sem fragmentação.

## Ricos deveriam pagar muito mais imposto, na região, diz FMI

**LONDRES** | FINANCIAL TIMES O principal dirigente do FMI (Fundo Monetário Internacional) para a América Latina instou os governos da região a fazer com que os ricos paguem "muito mais" impostos, dizendo que a região mais desigual do planeta não vai se desenvolver a não ser que atenda às demandas por um sistema econômico muito mais justo.

Em entrevista ao Financial Times enquanto se prepara para deixar o posto que ocupou por oito anos, Alejandro Werner, diretor do FMI para o Hemisfério Ocidental, disse que as recentes inquietações sociais na América Latina destacam a necessidade de uma distribuição de renda muito mais igualitária.

O FMI já apelara anteriormente para que as pessoas de alta renda de todo o planeta, que prosperaram com a pandemia, pagassem mais impostos, temporariamente, a fim de ajudar os mais prejudicados.

A América Latina sofreu mais do que qualquer outra região, porque o coronavírus exacerbou problemas duradouros de baixo crescimento, alta desigualdade e pobreza. Werner identificou os impostos imobiliários "subutilizados" como um bom ponto de partida para a América Latina. "É preciso adotar um sistema de tributação muito mais progressivo na região sob o qual os segmentos mais abastados da população paguem mais e em seguida criem um sistema econômico no qual a competição seja muito maior do que é hoje", disse.

"A América Latina não pode ser a região mais desigual do planeta e ao mesmo tempo avançar para o próximo estágio de desenvolvimento econômico".

## 'Índice de infelicidade' dos brasileiros é o mais alto em cinco anos

Douglas Gavras

**SÃO PAULO** O sentimento de bem-estar do brasileiro, medido pelo "índice de infelicidade" — soma das taxas de inflação e de desemprego —, atingiu no primeiro trimestre deste ano o pior patamar em cinco anos.

Nos três primeiros meses de 2021, período em o país passava pela segunda onda da pandemia, o índice atingiu 19,83%, mesmo nível desde o terceiro trimestre de 2016, quando o Brasil enfrentava uma recessão.

O levantamento, feito pelo economista Daniel Duque, do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas), também aponta que o Brasil aparece na segunda pior posição do ranking de infelicidade, só atrás da Turquia, com 26,28% (quanto mais alto, pior).

O PIB (Produto Interno Bruto) tem crescido, mas houve uma grande perda de empregos na pandemia que ainda não foi recuperada, e isso está relativamente distante de acontecer, avalia Duque. "Já a inflação, em que pese estar ainda longe dos dois dígitos, também está bem distante da meta no momento".

Há quase um consenso entre os economistas de que o resultado do PIB, de crescimento de 1,2% no primeiro trimestre, foi mais forte que o esperado, dadas as dificuldades de recuperação da economia em meio ao avanço da pandemia de Covid-19 no país.

O avanço da economia no primeiro trimestre zeroou as perdas registradas com a pandemia, voltando ao patamar do quarto trimestre

de 2019, mas ainda está 3,1% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no primeiro trimestre de 2014, segundo o IBGE, e a recuperação ainda não é percebida pela maior parte da população.

A taxa de desemprego no país atingiu 14,7% no primeiro trimestre, recorde na série histórica do IBGE, iniciada em 2012. No caso dos preços, a pressão da energia elétrica fez a inflação acelerar em maio, pelo IPCA, e o indicador subiu 0,83%. No acumulado de 12 meses, a alta foi de 8,06% (acima do teto, de 5,25% para este ano).

Duque complementa que a alta nos preços das commodities (os produtos básicos dos quais o Brasil depende em suas exportações) e a falta de apreciação cambial têm levado a um aumento significativo nos preços dos alimentos.

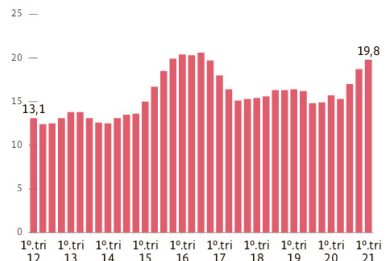
Além do país, o ranking de infelicidade inclui os membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Entre os 38 listados, os melhores posições ficaram com Japão (2,44%), Suíça (4,41%) e Eslovênia (4,77%).

Na medida do índice de infelicidade, pesam contra os brasileiros tanto os indicadores de desemprego quanto os de inflação. No caso da inflação, o Brasil ficou na quinta posição entre os piores, atrás de Argentina, Turquia, Rússia e Arábia Saudita.

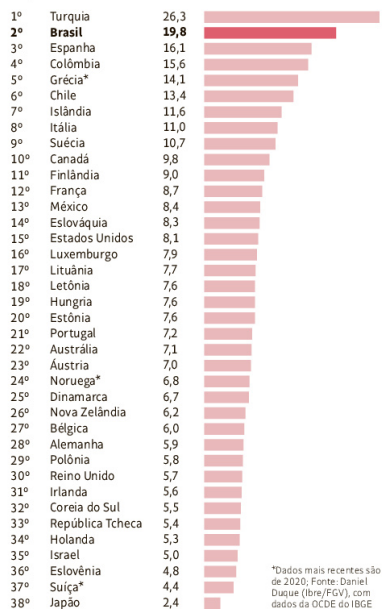
Quando se observam os dados de desemprego, o desempenho do país é ainda mais preocupante, ficando em segundo lugar com a maior taxa de desocupação, atrás apenas da Espanha.

## Mais infelizes

Índice de infelicidade do Brasil, em %



Ranking dos países mais infelizes, em % dos dados do primeiro trimestre



\*Dados mais recentes são de 2020; Fonte: Daniel Duque (Ibre/FGV), com dados da OCDE do IBGE

Tradução de Paulo Migliacci